

Instituto Elos Brasil

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Elos Brasil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Elos Brasil ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado na seção intitulada como "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Elos Brasil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas - pronunciamento técnico CPC PME (R1) e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 – R1).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota nº 11 às demonstrações financeiras, o Instituto por não ter finalidade de lucros, obtém parte de suas receitas por meio de doações com ou sem restrição que podem ser em dinheiro, cheque ou outros bens, emitidos por pessoas físicas ou jurídicas, para realização de ações sociais. As receitas do Instituto não são susceptíveis a um procedimento suficiente e adequado de auditoria que permita garantir que a totalidade das doações recebidas foram registradas e estão apresentadas nas demonstrações financeiras auditadas que permita garantir a totalidade dos valores recebidos. Portanto, a verificação dessas receitas, no montante de R\$5.555.922 (R\$5.701.514 em 2019), está restrita aos valores registrados na contabilidade do Instituto.

Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade de efetuar eventuais ajustes à receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para que essa esteja adequadamente apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento técnico CPC PME (R1) e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 – R1).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com modificação semelhante à descrita acima, com data de 20 de abril de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento técnico CPC PME (R1) e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 – R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de dezembro de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Estrella Salvia
Contador
CRC nº 1 SP 253391/O-2

INTITUTO ELOS BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	217.350	298.197	Fornecedores e contas a pagar	9	49.569	90.659
Créditos a receber	5	159.718	4.266.959	Obrigações tributárias		1.098	4.621
Outros créditos	6	284.307	216.296	Obrigações trabalhistas e sociais	10	247.239	277.972
Adiantamentos	7	17.145	40.839	Adiantamento de convênios e projetos	11	<u>138.318</u>	<u>4.489.750</u>
Tributos a recuperar		500	2.738	Total do passivo circulante		<u>436.224</u>	<u>4.863.002</u>
Despesas antecipadas		270	26.280				
		<u>679.290</u>	<u>4.851.309</u>				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	8	<u>1.224.415</u>	<u>1.217.034</u>	Patrimônio Social	13	<u>1.467.481</u>	<u>1.205.341</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.224.415</u>	<u>1.217.034</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.467.481</u>	<u>1.205.341</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.903.705</u></u>	<u><u>6.068.343</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.903.705</u></u>	<u><u>6.068.343</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS	14		
Com Restrição			
Programas de Assistência Social		-	417.115
Convênios e Patrocínios		-	81.695
Repasses Financeiros e Contribuições		1.036.339	1.937.822
Doações Pessoa Jurídica		646.706	-
Doações Pessoa Física		3.667	-
Rendimentos Financeiros		897	2.445
Outras Receitas Operacionais		<u>2.150</u>	-
Total		<u>1.689.759</u>	<u>2.439.077</u>
Sem Restrição			
Receitas de Serviços Prestados		576.484	537.003
Doações Pessoa Física		512.362	250.300
Doações Pessoa Jurídica		1.114.199	326.721
Doações não monetárias		560.375	1.209.334
Convênios e Patrocínios		90.000	-
Outros Recursos Recebidos		10.747	427.549
Trabalho Voluntário		469.640	511.530
Rendimentos Financeiros		7.900	-
Outras Receitas não Operacionais sem restrição		<u>524.456</u>	-
Total		<u>3.866.163</u>	<u>3.262.437</u>
Total das receitas operacionais		<u>5.555.922</u>	<u>5.701.514</u>
CUSTOS COM PROGRAMAS DE ACESSORAMENTO	15		
Com Restrição			
Assessoramento		(813.182)	(1.268.735)
Formação Político-cidadã		(723.315)	(1.575.014)
Estimativa e Desenvolvimento		(2.470.583)	(11.628)
Desenvolvimento Institucional		<u>(57.432)</u>	<u>(173.696)</u>
Total		<u>(4.064.512)</u>	<u>(3.029.073)</u>
Sem Restrição			
Trabalho Voluntário		<u>(211.600)</u>	<u>(304.250)</u>
Total		<u>(211.600)</u>	<u>(304.250)</u>
Total dos custos com programas de assoramento		<u>(4.276.112)</u>	<u>(3.333.323)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>1.279.810</u>	<u>2.368.191</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
<u> Gerais e administrativas</u>			
Salários e Encargos Sociais		(332.103)	(659.906)
Impostos e Taxas		(11.112)	(16.616)
Aluguéis		(49.027)	(45.836)
Serviços Gerais		(346.079)	(287.913)
Manutenção		(8.140)	(23.404)
Depreciações		(6.748)	(4.017)
Trabalho Voluntário		<u>(258.040)</u>	<u>(207.280)</u>
Total		<u>(1.011.249)</u>	<u>(1.244.972)</u>
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>268.561</u>	<u>1.123.219</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	<u>(6.421)</u>	<u>(18.267)</u>
Total		<u>(6.421)</u>	<u>(18.267)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>262.140</u>	<u>1.104.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio social líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	100.389	-	100.389
Superávit do exercício	-	1.104.952	1.104.952
Transferência para o patrimônio	1.104.952	(1.104.952)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>1.205.341</u>	<u>-</u>	<u>1.205.341</u>
Superávit do exercício	-	262.140	262.140
Transferência para o patrimônio	262.140	(262.140)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.467.481</u>	<u>-</u>	<u>1.467.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		262.140	1.104.952
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	8	6.748	4.017
Redução (aumento) nos ativos:			
Créditos a receber		4.107.241	(2.420.774)
Outros créditos		(68.011)	(200.560)
Adiantamentos		23.694	(6.995)
Tributos a recuperar		2.238	5.456
Despesas antecipadas		26.010	(26.039)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(11.141)	36.914
Obrigações Tributárias		(3.523)	(2.386)
Obrigações Trabalhistas e Sociais		(30.733)	209.120
Recursos de Projetos em Execução		(4.351.432)	2.502.873
Outras obrigações a pagar		(29.949)	38.100
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(66.718)</u>	<u>1.244.678</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao Ativo Imobilizado	8	<u>(14.129)</u>	<u>(1.209.116)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(14.129)</u>	<u>(1.209.116)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		-	-
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(80.847)</u>	<u>35.562</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	298.197	262.635
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	217.350	298.197
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(80.847)</u>	<u>35.562</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Entidade denominada INSTITUTO ELOS BRASIL, CNPJ 04.241.216/0001-08, constituída em 22 de dezembro de 2000 é uma Sociedade Civil de Assistência Social sem alojamento, de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica e apartidária, de duração por tempo indeterminado, tendo como objetivos sociais:

- i. Promover a educação, especialmente a ambiental, das novas gerações, priorizando a experiência direta;
- ii. Organizar documentação, promover, desenvolver e divulgar pesquisas e projetos aplicados à educação e à defesa do ambiente natural, do patrimônio cultural e dos direitos humanos de todos os povos, especialmente dos povos indígenas, das populações tradicionais e das empobrecidas;
- iii. Estimular o desenvolvimento socioeconômico através do acesso e gestão democrática e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, gerando renda para as populações atendidas com prioridade no atendimento das famílias priorizadas na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;
- iv. Promover o intercâmbio e ações culturais com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos;
- v. Divulgar, por todos os meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos às suas atividades;
- vi. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais;

A finalidade do Instituto Elos Brasil é dar suporte a indivíduos, organizações e comunidades para que possam empreender ações cooperativas com base nas áreas da assistência social, educação, cultura, meio ambiente, arquitetura e urbanismo, visando em especial à revitalização de ambientes públicos e a implantação da cultura de cuidados cotidianos com o planeta.

O Instituto Elos Brasil lutará pela efetividade dos direitos humanos, em todo o território nacional, necessário a assegurar a vida humana com liberdade, solidariedade e dignidade, amparada por garantias individuais, coletivas e sociais, políticas, civis, de nacionalidade, do trabalho, econômicas e culturais, cabendo-lhes defender os interesses e direitos da coletividade, especialmente os contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e os relativos ao público da terceira idade, independentemente de autorização da assembleia geral, mediante:

- a) Impetração de mandado de segurança coletivo, nos termos do art. 5º, LXX, alínea b, da Constituição Federal;
- b) Apresentação de ação civil pública, nos termos do art. 5º, incisos I e II, da Lei 7347, de 24 de julho de 1985.

No cumprimento de seus objetivos o Instituto Elos Brasil, por si ou em cooperação com terceiros, poderá:

- i. Organizar, promover ou participar de eventos culturais (congressos, simpósios, seminários, mesas redondas, conferências e cursos);
- ii. Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou ópticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão, entre outros;
- iii. Realizar prospecção, gravação, edição e divulgação de imagens, músicas e depoimentos relacionados com sua área de atuação;
- iv. Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades;
- v. Desenvolver consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos a organizações públicas e privadas;
- vi. Firmar convênios e contratos com outras instituições públicas ou privadas e terceiros;
- vii. Praticar quaisquer atos e atividades lícitas para a execução de seus objetivos, mesmo que não estejam listados no Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Grupo Dirigente e ratificados pela Assembleia Geral.

O Instituto Elos Brasil operará sem qualquer objetivo de lucro:

- i. O Instituto Elos Brasil não distribui entre seus sócios, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.
- ii. O Instituto Elos Brasil não fará qualquer distinção de raça, cor, condição social, credo político e/ou religioso, sendo-lhe defeso participar de quaisquer atividades que implique tomada de posição político-partidária e/ou religiosa.
- iii. O Instituto Elos Brasil dispõe de autonomia administrativa e financeira e rege-se pelas disposições contidas no Estatuto, aplicando-se subsidiariamente a legislação pertinente.
- iv. Outros instrumentos legais, como o Regimento Interno e outras normas próprias de regulamentação que venham a ser implementadas, também servirão de regência às atividades do Instituto Elos Brasil.

O Instituto Elos Brasil terá um conjunto de Instruções Normativas que unidas constituem o regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. Essas normas foram aprovadas em 2019, porém, registradas em abril de 2020. A seguir colocamos à disposição esse conjunto de normas seguidas pelo Instituto:

a) Código de conduta e Política Anticorrupção do Instituto Elos:

- Conduta Pessoal
- Suborno e Corrupção
- Entretenimento e Presentes
- Contabilidade

- Atividade política e doações
 - Disposições gerais
- b) Procedimentos e Processos: Instrução Normativa N.º 3 do Instituto Elos Brasil:
- Aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos
- c) Políticas de gastos e procedimentos de logística:
- Procedimentos e processos: aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos Brasil

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19

Sobre os impactos da pandemia destaca-se que o Instituto Elos elaborou um novo desenho do plano de ação, com a prioridade de fazer chegar assistência emergencial às comunidades.

A estratégia foi oferecer a visibilidade e toda a trajetória de responsabilidade e seriedade que o trabalho do Elos já conquistou para essas comunidades. Isso tomou forma com a Rede Elos, com a chamada “o amanhã começa com o cuidado hoje” e que reuniu em uma mesma plataforma campanhas de assistência para cerca de 100 comunidades do Brasil.

Assim, praticamente desde o início da pandemia, o Elos se colocou como uma ponte segura para quem pode doar e quem precisa receber, e possam se encontrar. O Elos manteve a prática de escuta para entender cada realidade e oferecer um apoio mais preciso.

Com isso, viabilizou-se cestas básicas, assim como, cartões de alimentação, insumos para hortas comunitárias, materiais para construção de cisternas, material informativo, apoio para mulheres empreendedoras, comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras. Cada comunidade foi ouvida de forma remota para que os recursos direcionados tivessem o melhor aproveitamento.

No fim de 2020, foi realizado o lançamento do edital da Rede Elos para impulsionar o protagonismo comunitário. Com isso tem-se buscado, ainda no contexto pandêmico, realinhamento da vocação do Elos de fortalecer a capacidade das pessoas de transformar sua própria realidade. O edital recebeu cerca de 200 propostas, das quais já se iniciou o apoio para seis iniciativas comunitárias: uma no Guarujá /SP, uma em Lençóis/BA, duas em Recife/ PE, uma em Juiz de Fora/MG e uma em Congonhas do Norte /MG.

O impacto da pandemia além da mudança na forma de atuação do Instituto Elos, alterou a distribuição das fontes de receitas, assim, percebe-se a ampliação de doações monetárias em 129% (R\$2.276.934 em 2020 e R\$994.135 em 2019). Mesmo com o distanciamento social, a prestação de serviços obteve leve aumento 5,2% (R\$576.484 em 2020 e R\$547.962 em 2019).

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações do Instituto e com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. O Instituto considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a risco baixo de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e seus rendimentos são registrados no superávit (déficit) do exercício.

Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação.

2.5. Créditos a receber

São contas a receber e adiantamentos de contribuições e projetos promocionais ao que se enquadra no setor ou à causa competente: projetos sociais os mais diversos. As contribuições a receber são registradas pelo valor justo no momento inicial e subsequente pelo custo amortizado.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, e deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Classificação</u>	<u>Vida útil</u>
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de Telecomunicações	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração

Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (teste de “impairment”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo menos os custos para efetivar a venda e o seu valor em uso.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Instituto não identificou circunstâncias que resultassem na necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável dos seus ativos de longa duração (teste de “impairment”).

2.8. Outros créditos a receber

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o princípio da competência dos exercícios Societários (“regime de competência”) para registro do ativo.

2.9. Receita de Parcerias em Projetos - c/Restrição

Referem-se a projetos em vários seguimentos, apoiados por pessoas físicas ou jurídicas com encargos. Utilizados na Renova Rio Doce Futuro, Rede Elos, Renova Mobilização Comunitária e Instituto Lojas Renner e Desenvolvimento Bom Jesus 2.

2.10. Ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado.

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido (“pro rata temporis”) até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes.

2.11. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações do Instituto.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, e que seja provável que o Instituto será requerido a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Riscos contingentes avaliados como de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras, porém não são reconhecidos em conta específica do balanço patrimonial.

2.13. Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes.

2.14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescidas ou diminuídas do superávit (déficit) apurado em cada exercício.

A transferência do superávit (déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação em assembleia.

2.15. Apuração de reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas de acordo com o regime de competência observando-se o critério “pro rata die” para as de natureza financeira.

As receitas de contribuições são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios econômicos futuros fluirão para o Instituto.

O Instituto possui diferentes tipos de receitas operacionais:

- (a) Repasses financeiros e Contribuições: os recursos originados desta modalidade são restritos ao orçamento do projeto e devem ser devolvidos caso não sejam gastos;
- (b) Receitas de serviços prestados, programas de assistência social como os vinculados aos repasses financeiros, serviços de assessoria, capacitação e formação a clientes diversos;
- (c) Doações de pessoas física e jurídica, as quais, parte dos recursos são sem restrições e podem ser monetárias e não monetárias direcionadas a qualquer finalidade à critério da administração.
- (d) Convênios e patrocínios; e

- (e) Trabalho voluntário: O Instituto remunera seus administradores em conforme a Lei 12/686/2013. O Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo foram contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e concomitante a doação por cada um dos conselheiros (despesas e receitas no mesmo montante).

Os rendimentos financeiros são reconhecidos usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos e despesas incorridos representam gastos para a realização de projetos, assim como a administração do Instituto.

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.16. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos bancários, dentre outros, e são registradas contabilmente em conformidade com o regime de competência.

2.17. Instrumentos financeiros básicos

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados a cada data do balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial de acordo com os propósitos de cada aquisição ou emissão.

2.18. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada com base no método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e reconcilia o superávit (déficit) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. Quando aplicável, as alterações nos itens do balanço que não resultaram em fluxos de caixa, tais como diferenças de conversão cambial, variações de valor justo e outros itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração.

2.19. Imunidade Tributária

O Instituto Elos Brasil é uma entidade que goza, nos termos dos artigos 150 e 195 da Constituição Federal, de imunidade e isenção tributárias em nível federal, estadual e municipal. Sendo assim, o Instituto está isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventual superávit apurado. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destaca-se o seguinte:

- i. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 2007 estão isentas da COFINS sobre as receitas auferidas relacionadas a suas atividades próprias.

- ii. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimento de aplicações financeiras - isento, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de entidade sem fins lucrativos, nos termos do artigo 72, parágrafos 1 a 3, da IN RFB nº 1.585/2015.
- iii. IRPJ e CSLL – O Instituto é isento em relação ao IRPJ e CSLL, tendo em vista o quanto disposto no art. 15 da Lei n. 9.532/97.
- iv. O Instituto goza de imunidade tributária do ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), conforme declaração de reconhecimento e protocolo 33806-104828/2019 do DRT 02 LITORAL em 25/02/2019, vinculada nos termos do decreto da Secretaria da Fazenda art. 7º Decr. 46655/02. Essa imunidade tem validade, conforme o documento descrito, de 11/09/2019 até 10/09/2023, salvo se ocorrer qualquer alteração nas condições legais ou requisitos necessários ao benefício.
- v. O Instituto Elos goza de isenção patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, conforme declaração de reconhecimento de CEBAS (certificado de Entidades Beneficentes da Assistência Social), publicadas no Diário Oficial da União com data de 21/12/2018, conforme portaria 353/2018, item 26 de 19 de dezembro de 2018 com validade até 21 de dezembro de 2021.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais políticas contábeis do Instituto (nota explicativa nº 2), a Administração deve exercer julgamentos e desenvolver estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente.

A Administração concluiu que não haver áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou utilização de estimativas significativas para as demonstrações financeiras do Instituto.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram identificados eventos nem premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos do Instituto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Bens Numerários</u>		
Caixa	923	199
<u>Depósitos Bancários</u>		
Bancos C/Movimento – Recursos com Restrições	76.345	-
Bancos C/Movimento – Recursos sem Restrições	10	20
<u>Aplicações Financeiras (*)</u>		
Aplicações Financeiras – Recursos com restrições	49.372	58.707
Aplicações Financeiras – Recursos sem restrições	90.700	239.271
Total	<u>217.350</u>	<u>298.197</u>

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a fundos de investimentos em CDB - Certificado de Depósitos Bancários - atrelados ao CDI e Selic.

As aplicações financeiras com restrições correspondem aos recursos recebidos antecipadamente a título de execução e andamento do projeto Rio Doce, GSA e CEF Poupança.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Parcerias, patrocínios e convênios</u>		
Form. Política Cidadã Grupos Pop. Renova Rio Doce (a)	-	4.266.264
Projeto Elos Doação Máscaras Instituto Lojas Renner	38.316	-
	<u>38.316</u>	<u>4.266.264</u>
<u>Contas a receber</u>		
A Casa Tombada Produções Culturais	-	695
Caixa Econômica Federal	81.402	-
Brasil Terminal Portuário S/A.	40.000	-
	<u>121.402</u>	<u>695</u>
Total Geral	<u>159.718</u>	<u>4.266.959</u>

(a) Em 22 de maio de 2020 a Fundação Renova formalizou o cancelamento do saldo remanescente de R\$3.547.355 do convênio com o Instituto Elos, fazendo uso da cláusula 8.2 que permite rompimento do contrato por qualquer das partes sem justa causa. O cancelamento deste convênio não gerou impacto contábil no instituto, uma vez que o passivo estava reconhecido no passivo (nota explicativa nº11) como uma obrigação futura do Instituto.

O contrato formalizado em 2019 nº 4800006521 é de rescisão e, por conta desse cancelamento, o impacto total foi de R\$1.100.654 no seguinte projeto:

OFICINA DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E VISITA ÀS CIDADES E MAPEAMENTO DE JOVENS

- Preparação – ciclo 2 – valor cancelado – R\$72.906
- Mapeamento – ciclo 2 – valor cancelado – R\$70.294
- Logística da ação – ciclo 2 – valor cancelado – R\$957.454

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos com Nota Fiscal Paulista (a)	237.057	204.586
Plataforma Doare	47.250	11.710
Total	<u>284.307</u>	<u>216.296</u>

(a) Refere-se as doações dos créditos de doadores automáticos do Programa Nota Fiscal Paulista da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

7. ADIANTAMENTOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Adiantamento a funcionários</u>		
Adiantamento de Férias	2.349	-
	<u>2.349</u>	<u>-</u>
<u>Adiantamentos</u>		
Adiantamento a prestadores de serviços	10.181	39.643
Cartão Paypal	3.436	1.148
Cartão Pré-pago Ourocard	-	48
Outros Adiantamentos	1.179	-
	<u>14.796</u>	<u>40.839</u>
Total	<u>17.145</u>	<u>40.839</u>

8. IMOBILIZADO

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de Telecomunicações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Terreno (a)</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>						
Saldos em 31/12/2019	6.016	770	33.952	12.579	1.200.000	1.253.317
Adições	-	-	14.129	-	-	14.129
Saldos em 31/12/2020	<u>6.016</u>	<u>770</u>	<u>48.081</u>	<u>12.579</u>	<u>1.200.000</u>	<u>1.267.446</u>

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de Telecomunicações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Terreno (a)</u>	<u>Total</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31/12/2019	(3.295)	(770)	(26.914)	(5.304)	-	(36.283)
Adições	(399)	-	(3.026)	(3.323)	-	(6.748)
Saldos em 31/12/2020	<u>(3.694)</u>	<u>(770)</u>	<u>(29.940)</u>	<u>(8.627)</u>	-	<u>(43.041)</u>
Saldos em 31/12/2019	2.721	-	7.038	7.275	1.200.000	1.217.034
Saldos em 31/12/2020	2.322	-	18.141	3.952	1.200.000	1.224.415
Vida útil (anos)	10	5	5	10		

(a) Ocorreu no exercício de 2019 um aumento no Ativo Imobilizado da empresa relativo à doação de um terreno no valor de R\$ 1.200.000. Esta aquisição foi livre de ônus financeiro para a entidade e sua contrapartida foi levado a Resultado, no grupo de Receitas com Doações. O Terreno está situado no Morro da Nova Cintra, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, registrado no 7º Tabelião na Comarca de Santos, cujo doador foi a empresa ENVOLVA ASSESSORIA LTDA – EPP, com CNPJ nº 18.063.671/0001-67.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A rubrica “Fornecedores” é representada por valores a serem pagos a prestadores de serviços conforme estabelecido em contratos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Fornecedores</u>		
Porto Seguro Proteção e Monitoramento	-	346
Mkt Virtual Serviços Digitais Eireli	-	9.852
Vortex Controle De Pragas Ltda.	381	-
Timbo Pesquisas e Desenvolvimento	14.916	-
Magazine Luiza S/A	3.842	-
Gusmao e Labrune Advogados	1.278	-
Jurema Marcia Rodrigues Ferro Pereira ME	-	6.305
Aline Teixeira Pacheco Bento	-	2.000
Ariane Lopes Mates	-	5.354
Banm Criação De Softwares Ltda.	11.458	11.458
Savian Contabilidade Ltda. ME	2.970	8.088
Uber Do Brasil Tecnologia Ltda.	434	3.602
Demais Fornecedores	3.352	2.767
<u>Contas a Pagar</u>		
Oracle Netsuite Estados USA	4.212	8.970
Aluguel	4.192	3.936
Adiantamentos de clientes	-	22.500
UATP Gol VRG Linhas Aéreas S.A.	-	5.481
Seguro estagiário	2.357	-
Outras contas	177	-
Total	<u>49.569</u>	<u>90.659</u>

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários e ordenados a pagar	39.185	58.900
Férias a pagar	102.791	135.527
Encargos sociais sobre férias a pagar	10.928	10.842
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	25.634	24.897
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	12.484	12.786
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF – Empregados	29.723	23.283
Programa de Integração Social – PIS	897	898
Outras Obrigações	25.597	10.839
Total	<u>247.239</u>	<u>277.972</u>

11. ADIANTAMENTO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Formação de política Cidadã Grupos Pop. Renova Rio Doce (nota explicativa nº5)	-	4.483.548
Assessoria Técnica a Organizações	-	6.202
Projeto Rede Elos Doação Máscaras Lojas Renner	38.316	-
Projeto de Capacitação e Formação Cidadã Emenda Parlamentar PMSP	100.002	-
Total	<u>138.318</u>	<u>4.489.750</u>

Parcerias, Patrocínios e Convênios

O objetivo dos projetos informados nesse grupo é uma previsão do valor ainda não realizado. Quando da realização total ou parcial de cada um, este é oficializado através de comprovantes de despesa que fazem-no eliminar esta obrigação.

12. PASSIVOS CONTINGENTES

O Instituto tem como critério efetuar provisão para os processos com probabilidade de perda provável. Nos exercícios de 2020 e de 2019 não existem contingências a serem provisionadas de acordo com seus consultores jurídicos.

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ou dotação especial o superávit (déficit) apurados nos exercícios.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Instituto registrou superávit nos montantes de R\$228.335 e R\$1.104.952, respectivamente, e patrimônio social positivo nos montantes de R\$1.467.481 e R\$1.205.341, respectivamente.

b) Dissolução e liquidação

Em caso de dissolução, conforme Estatuto Social, os bens remanescentes serão doados para instituição congênera.

14. RECEITA OPERACIONAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Receitas com Restrição</u>		
Programas de Assistência Social (a)	-	417.115
Convênios e Patrocínios	-	81.695
Repasse Financeiros e Contribuições (b)	1.036.339	1.937.822
Doações Pessoa Jurídica	646.706	-
Doações Pessoa Física	3.667	-
Rendimentos Financeiros	8.797	2.445
Outras Receitas com restrição	2.150	-
	<u>1.689.759</u>	<u>2.439.077</u>
<u>Receitas sem Restrição</u>		
Receitas de Serviços Prestados (c)	576.484	537.003
Doações Pessoa Física	512.362	250.300
Doações Pessoa Jurídica	1.114.199	326.721
Doações não monetárias (d)	560.375	1.209.334
Convênios e Patrocínios	90.000	-
Outros Recursos Recebidos	10.747	426.273
Trabalho Voluntário (Nota explicativa nº17)	469.640	511.530
Rendimentos Financeiros	7.900	1.276
Outras Receitas sem restrição	524.456	-
Total	<u>3.866.163</u>	<u>3.262.437</u>
	<u>5.555.922</u>	<u>5.701.514</u>

(a) Referem-se a Projetos de Formação Político Cidadã, Capacitação e Formação Social, Apoio Técnico, Projeto Horta Bons Frutos Bertha Foundation, GSA – Guerreiros Sem Armas, Repasse Projeto Renova Rio Doce e Lojas Renner.

(b) Em 2020 o destaque maior para as receitas está no grupo Doações de Pessoa Jurídica para os projetos da REDE ELOS.

(c) Pelos serviços prestados pelo Instituto ocorreram: projetos de difusão e filosofia Elos, capacitação e formação GSA, Renova Rio Doce, voluntários, contribuições associativas de pessoa jurídica e pessoa física, novos líderes e contribuições associativas.

(d) Em 2020 O Instituto recebeu doação em forma de produtos no valor de R\$400.000 da empresa JBS Ação Nacional, localizado em Aracaju, Bahia e Pilões.

15. CUSTOS COM PROGRAMAS DE ACESSORAMENTO

Referem-se aos valores destinados aos objetivos estabelecidos nos contratos em cada iniciativa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Custos com Restrição</u>		
Assessoramento	813.182	1.268.735
Formação Político-cidadã	723.315	1.575.014
Estimativa e Desenvolvimento	2.470.583	11.628
Desenvolvimento Institucional	57.432	173.696
Total	<u>4.064.512</u>	<u>3.029.073</u>
<u>Custos sem Restrição</u>		
Trabalho Voluntário	211.600	304.250
Total	<u>211.600</u>	<u>304.250</u>
Total dos custos	<u><u>4.276.112</u></u>	<u><u>3.333.323</u></u>

Quanto aos custos com projetos destacados a seguir: Projeto FEAC Sirius, GSA, Rio Doce, Novos Líderes, Lojas Renner, Formação Aldeias Infantis, G5 Partners, Bom Jesus 2, Assessoramento Camino, Voluntários NEXA, Bons Frutos e Pilões Bertha Foundation, Renova Rio Doce, Bolsa Auxílio Covid-19, Receita nas Quebradas, Instituto Gala da Manhã, Projeto Elos Covid-19, Espaço Elos, Terminal Portuário, realizou-se seleção de iniciativas de empreendedorismo de base comunitária de coletivos e organizações comunitárias selecionadas em edital, com apoio técnico de mentoria e apoio através de investimento em materiais e equipamentos para implementação.

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Salários e Encargos Sociais	332.103	659.906
Impostos e Taxas	11.112	16.616
Aluguéis	49.027	45.836
Serviços Gerais	346.079	287.913
Manutenção	8.140	23.404
Depreciações	6.748	4.017
Trabalho Voluntário	258.040	207.280
Total	<u><u>1.011.249</u></u>	<u><u>1.244.972</u></u>

17. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Os serviços voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como seus valores justos, podem ser assim descritos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Atividades relacionadas a realização de projetos	211.600	304.250
Conselho consultivo	79.000	40.000
Conselho fiscal	18.000	12.000
Comunicação	48.000	42.240
Assistente social	23.040	23.040
Auditoria	90.000	90.000
Total	<u>469.640</u>	<u>511.530</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit (déficit) na rubrica "Receitas com serviços voluntários", em contrapartida às rubricas "Despesas Operacionais" e "Custos com Programas de Assessoramento", notas explicativas nº15 e nº16.

18. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tarifas Bancárias	2.479	12.883
Juros Passivos	1.118	1.527
IOF	171	1.645
Outras Despesas Financeiras	2.653	2.212
Total	<u>6.421</u>	<u>18.267</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros do Instituto estão apresentados a seguir:

		<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	217.350	217.350	298.197	298.197
Créditos a receber	Custo amortizado	159.718	159.718	4.266.959	4.266.959
Outros créditos	Custo amortizado	284.307	284.307	216.296	216.296
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores e Contas a Pagar	Custo amortizado	49.569	49.569	90.659	90.659
Adiantamento de Convênios e Projetos	Custo amortizado	138.318	138.318	4.489.750	4.489.750

20. SEGUROS

A Administração do Instituto Elos possui seguro para proteção de seu patrimônio, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fizeram parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

O seguro tem a finalidade de proteção e monitoramento do prédio comercial, com o prêmio anual de R\$1.293 e cobertura conforme descrito abaixo. A vigência do seguro é de 27/02/2020 até 27/02/2021, correspondente a apólice 118.22.4007225 da Porto Seguro. Os seguros foram renovados no exercício de 2021, com vigência até 2022.

Descrição	COBERTURAS		
	L.M.I.	Prêmio Líquido	P.O.S.
Incêndio	1.000.000	310	5% das indenizações
Danos Elétricos	30.000	171	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 900
Perda de Aluguel	30.000	18	
Subtração de Bens	35.000	461	5% das indenizações
Responsabilidade Civil	30.000	77	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500
Desmoronamento	30.000	70	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo	30.000	186	10% das indenizações, com mínimo de R\$1.200

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são entidades, pessoas físicas ou jurídicas, caracterizadas por possuírem relevância na organização gerencial de empresa. Com isso, faz-se necessárias auditorias e regulações das relações entre essas entidades no intuito de tornar transparente o cenário transacional da entidade.

Toda pessoa ou entidade, pessoa física ou jurídica, que tiver um grau de relacionamento interno definido com a empresa, será considerada parte relacionada.

Não houve no exercício de 2020 e 2019 transações no que diz respeito a partes relacionadas dentro do Instituto Elos, além da remuneração da Administração.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Instituto remunera a Diretoria Executiva, pois esta atua efetivamente na sua gestão, respeitados os limites máximos e valores praticados pelo mercado da região correspondente à sua área de atuação, onde seu valor deve ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata.

A Diretora executiva possui contrato de autônoma por tempo determinado ao mandato. O Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal são compostos por membros voluntários. Em 2020 a Assembleia Geral aprovou 3 (três) diretorias não estatutárias e que foram contratados como CLT horistas.

Cargo	Qtde	Horas		Valor Hora	Valor do Trabalho Autônomo
		Trabalho mensal	Nº meses		
Diretora Executiva	1	160	12	61,666	118.400

A Administração do Instituto não possui outros benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em desempenho e outros benefícios de longo prazo, para o pessoal-chave da Administração.

22. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 – R1 – Entidades sem finalidade de lucro, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Essa receita tem como contrapartida as despesas realizadas correspondentes que estão destacadas contabilmente apenas para informação em termos de valor:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Estadual - ITCMD	103.171	61.469
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Federal	7.183	6.112
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal INSS	223.366	194.727
Municipal - ISS	6.869	-
Total	<u>340.589</u>	<u>262.308</u>

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Fiscal do Instituto em 02 de dezembro de 2021.